

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DOSSIÊ

Territórios e lutas sociais:
insurgências e resistências contra
a mercantilização da vida

v.30 n.2

Jul-Dez/2020

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA

Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA

Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos UFRJ

Paula Ferreira Poncioni UFRJ

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORES AD HOC V.30 N.2

Gabriela Icasuriaga UFRJ

Cecília Cavalcanti UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Iron Pedreira Alves / Flickr (CC BY 2.0)
Pesca, 2019.

Publicação indexada em:

[IBICT](#)

[Base Minerva UFRJ](#)

[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

[@revistapraia vermelha](#)

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

Sumário

	Apresentação	236	
	<i>Gabriela Icasuriaga & Cecília Cavalcanti</i>		
ENSAIO DOSSIÊ	Cupim que vai pra festa de tamanduá	246	 Você está aqui.
	<i>Antônio Bispo dos Santos</i>		
ARTIGOS DOSSIÊ	Espacialidade do capital e metamorfose do território	253	
	<i>Helena Lúcia Augusto Chaves & Vitória Régia Fernandes Gehlen</i>		
	Quilombos e luta pelo território: organização, resistência e insurgências coletivas	272	
	<i>Maria Raimunda Penha Soares</i>		
	Quilombo Rio dos Macacos e a resistência contra a acumulação por espoliação	299	
	<i>Ana Claudia de Jesus Barreto</i>		
	Lutas e resistências contra a privatização da água no Rio de Janeiro	324	
	<i>Caroline Rodrigues da Silva, Bruno Alves de França & Ary Gabriel Girota de Souza</i>		
	O Controle social nas favelas cariocas e o protagonismo das mulheres	349	
	<i>Marcia Bastos de Araújo & Rafael Soares Gonçalves</i>		
ARTIGOS TEMAS LIVRES	Política pública e voluntariado: um estudo sobre o serviço “Família Acolhedora” no Brasil	372	
	<i>Denise Andreiade Oliveira Avelino & Maria de Lourdes Mattos Barreto</i>		
	O Serviço Social e a reprodução das relações sociais	391	
	<i>Silvio Aparecido Redon & Eliane Christine Santos de Campos</i>		
	O Estatuto da domesticidade e o repertório de resistência de trabalhadoras domésticas	409	
	<i>Tatiane de Oliveira Pinto</i>		

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Cupim que vai *pra* festa de tamanduá

Colonialismo
Territorialidades
Cosmovisões

Cupim que vai *pra* festa de tamanduá não volta! Um chamado de atenção àqueles que lutam pelo respeito à vida e ao território para não cair nas armadilhas que conduzem a esperar por soluções ditas inclusivas, que acabam distanciando das trajetórias e das próprias forças ancestrais dos povos Afro.

Antônio Bispo dos Santos

Mestre quilombola, lavrador, e docente INCT.
bispoquilombo@gmail.com

A Termite that goes to
the anteater party

A termite that goes to the anteater party does not come back! A call for attention to those who fight for respect for life and territory in order not to fall into the traps that lead to waiting for so-called inclusive solutions, which end up distancing themselves from the trajectories and the ancestral forces of Afro people..

Colonialism
Territorialities
Cosmovisions

Confluências ou inclusão!!!???

Extraímos os frutos nas árvores...
expropriam as árvores dos frutos!
Extraímos os animais na mata...
expropriam a mata dos animais!
Extraímos os peixes nos rios...
Expropriam os rios dos peixes!
Extraímos a brisa no vento...
Expropriam o vento da brisa!
Extraímos o calor no fogo...
Expropriam o fogo do calor!
Extraímos a vida na terra...
Expropriam a terra da vida!

Considerando que as sociedades colonialistas... Ora das formas mais explícitas possíveis, através das guerras cosmo raciais... outras vezes camufladas nos seus mais diversos segmentos sintéticos e abstratos, forjados a partir do mundo do trabalho, foram e continuam sendo responsáveis, pelas maiores atrocidades cometidas contra as vidas no planeta e principalmente contra a própria espécie humana... não nos restam dúvidas... Parafraseando o abolicionista negro, Luis Gama: toda e qualquer ação, praticada por nós, povo afro e quem mais defende a vida e seus processos biointerativos ou seja, o bem viver no mundo da diversidade... pode e deve ser considerada como exercício da legítima defesa!

Como quem avalia mal planeja ruim e executa pior... precisamos compreender profundamente a matriz dos pensamentos que produzem os sistemas colonialistas e suas respectivas organizações, se quisermos combatê-las. Para tanto... ao invés de utilizar, como metodologia, a aplicação de referenciais teóricos produzidos pelos próprios colonialistas, como temos feito, sempre que atravessamos as fronteiras dos nossos referenciais históricos... devemos apenas compreendê-los e os usarmos como instrumentos investigativos a nosso favor. Pois como dizia um dos mais experientes mestres da minha geração mãe...

Precisamos transformar... As armas dos adversários em nossas defesas, para não transformarmos... Nossas defesas em armas...

Pois quem só tem armas, só ataca e quem só ataca, tem mais chances de perder...

Partindo dessa máxima, pode ser possível entender como nossos ancestrais africanos, proibidos de falar suas próprias línguas, conseguiriam: sem abrir mão das suas linguagens e das suas cosmologias... utilizar a língua e a religião dos colonialistas para se unirem. E assim nos deixar como herança uma trajetória bem sucedida em defesa da vida de todas as espécies, portanto uma herança contracolonialista; não nos restam dúvidas sobre nosso papel histórico... Porém entendendo que o presente é interlocutor do passado e ao mesmo tempo locutor do futuro... precisamos compreender bem nossas trajetórias, para firmarmos nossas posições.

Podemos começar, lembrando que, desde o início do processo colonialista, em África e nas demais partes do mundo onde

os sagrados não fossem eurocristãos, todas as formas de organizações foram criminalizadas, as autodenominações dos povos foram substituídas por nomações pejorativas, sem pertencimentos, e os seus sagrados foram negativizados para extinguir a essência de suas vidas. No Brasil podemos destacar os Quilombos que foram tidos como organizações criminosas desde os ditos primeiros navios Negreiros até a promulgação da Lei Áurea em 1888...A Lei Áurea no entanto não revogou, porém silenciou toda a legislação que criminalizava os Quilombos até a Constituição de 1988.

Enquanto isso outras normas jurídicas criminalizaram as expressões culturais, religiosas e/ou outros modos de vidas praticados pelos povos africanos e seus descendentes, nos Quilombos ou em quaisquer outros territórios por eles ocupados.

Só para ilustrar, podemos citar: Palmares na era do Brasil colonial, do século dezesseis ao final do século dezessete, o qual na época era Pernambuco e hoje é o estado de Alagoas... Canudos, início do período republicano, lá *pro* final do século dezenove no estado da Bahia, Caldeirão no estado do Ceará e Pau de Colher na divisa do estado da Bahia com Pernambuco e o Piauí, na primeira metade do século vinte, alcançando o Estado Novo na era de Getúlio Vargas.

Todos esses povos sofreram ataques etnocidas, tiveram grande parte de suas populações dizimadas e seus territórios queimados. Ou seja, processos semelhantes, em períodos históricos, regimes e governos supostamente diferentes.

Só a partir da Constituição de 1988, a dita constituição cidadã, é que os Quilombos e demais organizações dos povos afros no Brasil, em tese, deixam de ser organizações criminosas e passam a ser consideradas organizações de direito, ao tempo em que o estado brasileiro ensaia o seu autorreconhecimento pluriétnico.

Porém a dita constituição cidadã, mesmo nos reconhecendo como sujeitos de direitos... não reconhece e não descriminaliza os modos de vida importantes, pensados e processados durante todas nossas trajetórias históricas de defesas contracoloniais. Como, por exemplo, a prática de algumas expressões culturais e o uso de determinadas plantas e outros elementos da natureza, tanto para os cuidados com a saúde, como nas práticas de nossas subjetividades.

Enquanto isso a sociedade pseudo brasileira, ou melhor, eurocolonialista... mantém todas as formas de discriminação, demonstrando que o estado democrático de direito é nada mais, nada menos, que a legitimação da sociedade colonialista; e a constituição dita cidadã, ao nos citar como sujeitos de direitos, não garante nossas condições de vidas, ao contrário... é uma tentativa de revogar as nossas defesas, assim como aconteceu com vários dos ditos movimentos sociais no Brasil, sempre que saíram das suas trajetórias de lutas para aderir às supostas trajetórias de direitos.

Como podemos perceber, na composição institucional da sociedade pseudobrasileira, repetindo... sociedade eurocristã colonialista, não existe a nossa participação direta, nem como precursores de modos de ser e fazer e tampouco na composição de valores culturais.

As estruturas institucionais, reconhecidas como organizações de direito até a Constituição de 1988, quase todas foram pensadas e constituídas a partir do pensamento europeizado, portanto colonialista. Leiam-se aí: partidos políticos, sindicatos, associações, cooperativas, ONGs, enfim... os movimentos sociais e/ou a sociedade civil organizada, com raríssimas exceções, geralmente lideradas por pessoas que se autorreconhecem como brancas, ou seja, eurodescendentes; portanto as principais demandas apresentadas foram através de pautas de inclusão e não de autonomia.

Existiram, e ainda existem, várias análises que tentam explicar e apresentar soluções para resolver as mazelas produzidas pelo colonialismo, no entanto apesar de todas as tentativas serem válidas, a grande maioria não passa de truques forjados pelas instituições do mundo do trabalho e suas importantes porém fracassadas teorias das lutas de classes: capitalismo, socialismo, social democracia, liberalismo etc. Tudo isso por dentro das estruturas dos chamados estados nacionais.

Uma demonstração do grande equívoco dessas teorias é a grande euforia que ocorre com a promulgação da Constituição de 1988 envolvendo os movimentos sociais e os ditos partidos de esquerda, no sentido de eleger e instalar um governo democrático, o que supostamente acontece com a posse de Lula em 2003 e encerra com o impeachment de Dilma em 2016.

Nesse período as comunidades quilombolas e os demais povos tradicionais ocupam um significativo espaço nas mídias do governo, mas ficam fora das ações estruturantes...enquanto isso os seus territórios são ocupados pelos grandes grupos financeiros através das famosas obras do PAC. Leiam se: parques de energia, agronegócio, mineração, ferrovias, portos, especulação imobiliária, etc.

Para os povos e comunidades tradicionais, fica a grande lição...

Cupim que vai pra festa de tamanduá...

Não volta!

Fazendo uma analogia entre o colonialismo e o adestramento de animais, podemos perceber que não estamos falando de coisas tão diferentes. Quando queremos adestrar um animal, uma das primeiras coisas que fazemos é invadir, modificar e/ou tirá-lo do seu território, a segunda provavelmente é lhe dar um nome e/ou obrigá-lo a compreender a nossa língua e nossas linguagens... logo nominar é um dos mais importantes atos de dominar. É assim que agem as sociedades colonialistas; só que além disso, quando se trata de adestrar a espécie humana, tentam também impor suas cosmologias e subjugar todas as expressões cosmológicas de outros povos.

O adestramento de animais é feito muitas vezes para atender às demandas mesquinhas do mundo do trabalho, e/ou para satisfazer supostos sentimentos de estimações dos adestradores e/ou dos pretensos donos. O colonialismo repete tudo isso, porém acrescido de ataques com motivações cosmofóbicas, isto porque as sociedades eurocolonialistas sofrem de uma mazela que podemos denominar como cosmofobia, ou seja, o medo do Cosmo, e como não conseguem se livrar disso, tentam descarregar em outros povos.

Sendo as cosmologias as matrizes fundantes das culturas de todos os povos, são também o ponto de partida das análises comportamentais das chamadas civilizações humanas e suas organizações. Faz-se necessário tomar entre outras referências as bulas papais, de 1452 e 1455, assinadas pelo Papa Nicolau V e vários outros documentos normativos, escriturados pela Igreja Católica porém não contestados pelas demais igrejas e/ou congregações... como é de notório conhecimento, o

eurocristianismo é uma religião de base monoteísta, por cultuar a um deus único: onisciente, onipresente e onipotente. Enquanto os povos ditos pagãos são povos tidos como sem religião, porém seus modos de vidas são de bases politeístas pelo fato de tratarem como divindades todos os elementos da natureza... podemos bem dizer que os povos de matriz monoteístas têm um pensamento mono, linear, vertical, etc. Enquanto os povos de matriz politeísta pensam plural, circular, horizontal.

Isto posto... não podemos mais cair nas armadilhas que estão embutidas em determinadas narrativas.

Exemplos:

Nós somos cidadãos! Nós temos direitos! Nós precisamos de políticas públicas! Nós queremos ser incluídos! Etc.

Não, não é isso que diz a trajetória ancestral do povo afro... ao contrário, a composição dos Quilombos, das favelas, dos terreiros e demais territórios só reafirma que nós somos povos afros! Nós temos condições! Nós precisamos de políticas próprias! Nós queremos apenas confluir! Etc.

Vale ainda ressaltar que a posse do Temer e a eleição de Bolsonaro nos apresenta um fenômeno muito parecido com o fogo de cerrado.

Para quem não conhece... as vidas no bioma cerrado cotidianamente vão compondo uma camada de matérias seca sobre o solo... estercos, pelos, folhas, galhos de árvores etc; com o passar do tempo chega um momento em que essa camada não permite a passagem da umidade e nem dos raios solares. Com isso o processo de decomposição responsável pela transformação dessas matérias em alimentos para a terra deixa de acontecer... é nesse estágio que ocorre um processo de autocombustão, onde basta uma descarga elétrica, uma faísca emitida por um contato brusco entre as pedras de fogo e/ou uma ação planejada por alguns dos povos tradicionais... para que haja um incêndio, que vai transformar aquela camada seca em cinzas; e quando as chuvas chegarem essas cinzas serão introduzidas na terra, fazendo com que ela se alimente e realmente a todas as vidas.

Nesse momento as árvores rebrotam prontas para florir e frutificar, enquanto as sementes que estavam adormecidas sob a camada seca quebram a dormência com o calor do fogo

e germinam vigorosamente. O fogo no bioma cerrado jamais queimará tudo... porém algumas coisas serão todas queimadas e outras dificilmente queimarão.

Aplicando a analogia do fogo de cerrado ao atual período histórico na América latina, com destaque para situação brasileira... podemos compreender melhor o que as sociedades colonialistas chamam de crises e como essas crises funcionam e a quem elas atingem... Se concordamos que as sociedades são formadas por posses e não por pessoas, ou seja, pelos entes do ter, que se alimentam dos entes do ser... logo precisamos fortalecer nossas trincheiras, na batalha das narrativas.

Como os sonhos geralmente terminam quando acordamos... Vamos nos manter acordados e ao invés de sonhar... compor nossos propósitos, movidos por nossas trajetórias e guiados por nossas ancestralidades...

Temos referenciais históricos para confluirmos e não sermos incluídos!

AQUILOMBAR-SE SEMPRE!

Caminhando pelos penhascos...
Atingimos o equilíbrio das planícies!
Nadando contra as marés...
Atingimos as forças dos mares!
Edificando nos lamaçais...
Atingimos a firmeza dos lajeiros!
Habitando nos rincões...
Atingimos a proximidade das redondezas!
Somos o começo o meio e o começo...
E por isso existiremos sempre!
Sorrindo nas dificuldades...
Para comemorar a vinda das alegrias!
Nossas trajetórias nos movem...
Nossa ancestralidade nos guia!



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em outubro de 2020 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).